

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.250 - PR (2019/0229611-9)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : FIPAL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
ADVOGADOS : NILBERTO RAFAEL VANZO - PR033151B
JOSÉ FERNANDO MARUCCI - PR024483
DANIELI MICHELON DO VALLE E OUTRO(S) - PR039980
BRUNA LAIS DA SILVA DELLABETA - PR097021
AGRAVADO : SUZAN DANIELI DA SILVA FELTES
ADVOGADO : CAROLINE REGINA GURSKI - PR050860

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base nestes fundamentos:

- i) consonância entre a conclusão do acórdão de origem e o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior (Súmula 83/STJ);
- ii) incidência da Súmula 7/STJ; e
- iii) ausência de prequestionamento da matéria tratada no recurso especial (Súmula 211/STJ).

Entretanto, a parte agravante, a par de sustentar a invasão da competência constitucional do STJ, não impugnou, de maneira consistente, a inaplicabilidade dos seguintes óbices: consonância entre a conclusão do acórdão de origem e o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior (Súmula 83/STJ) e incidência da Súmula 7/STJ.

Cumprе esclarecer que a impugnação da Súmula 83/STJ ocorre com a indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior, bem como com a demonstração de ausência de similitude fática. Nesse sentido, verifica-se que a petição do presente agravo em recurso especial não colacionou julgados com publicação

Superior Tribunal de Justiça

superveniente à data do precedente citado na decisão agravada, bem como não comprovou, de forma consistente, a ausência de similitude fática.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor da causa (e-STJ, fl. 274) para 18%, a ser arcado exclusivamente pela parte agravante, devendo essa pagar 50% do montante citado, em razão da sucumbência recíproca reconhecida pelo Tribunal de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, ambos do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora